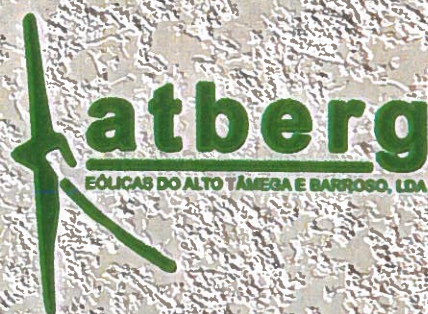


Relatório e Contas



2021

Sócios

MUNICÍPIOS em regime de contitularidade:

Boticas; Chaves; Montalegre; Ribeira de Pena; Valpaços e Vila Pouca de Aguiar

LUSITERG - Gestão e produção Energética, Lda

HIDROERG - Projectos Energeticos, Lda

Representantes

António Alberto Pires Aguiar Machado

Pedro Filipe Barbosa Eira Leitão

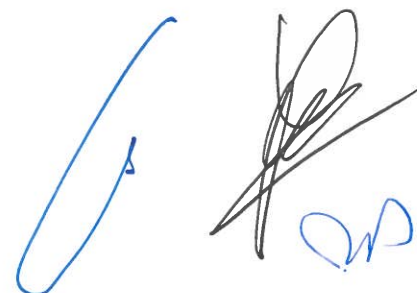
José Afonso Freire de Carvalho

Gerentes

Pedro Filipe Barbosa Eira Leitão

João Avelino Noronha Rodrigues de Carvalho

Maria Manuela Portela Correia dos Santos da Silva





Relatório de gestão

Índice

1. Introdução.....	4
2. Atividade Desenvolvida.....	5
3. Análise Económica e Financeira.....	7
3.1 Rendimentos.....	7
3.2 Gastos.....	8
3.3 Evolução dos Resultados.....	9
5. Evolução Previsível da Sociedade.....	11
6. Aplicação dos Resultados.....	12
7. Factos relevantes ocorridos após o termo do período.....	12
8. Notas Finais.....	13
9. Agradecimentos.....	13



RELATÓRIO DE GERÊNCIA

EXERCÍCIO DE 2021

Exmos. Sócios,

Nos termos do Art.º 66.º do Código das Sociedades Comerciais e do pacto social, submetemos à Vossa apreciação o Relatório de Gestão, o Balanço e as Contas da ATBERG no final do período de 2021.

1. Introdução

A “ATBERG – Eólicas do Alto Tâmega e Barroso, Lda.” foi constituída em 4 de junho de 2001, tem por objeto “a execução, gestão e exploração de instalações para produção de energia eólica, assim como quaisquer outras atividades afins no domínio das energias renováveis” e o seu capital social, no valor de 1.250.000 €, encontra-se repartido da seguinte forma:

4

SÓCIOS	Participação Direta no Capital	
	%	Valor (€)
MUNICÍPIOS em regime de contitularidade:		
<i>Boticas; Chaves; Montalegre; Ribeira de Pena; Valpaços e Vila Pouca de Aguiar</i>	40	500.000
LUSITERG - Gestão e produção Energética, Lda	40	500.000
HIDROERG - Projectos Energeticos, Lda	20	250.000
TOTAL	100	1.250.000

Relatório e Contas 2021
Relatório de Gestão

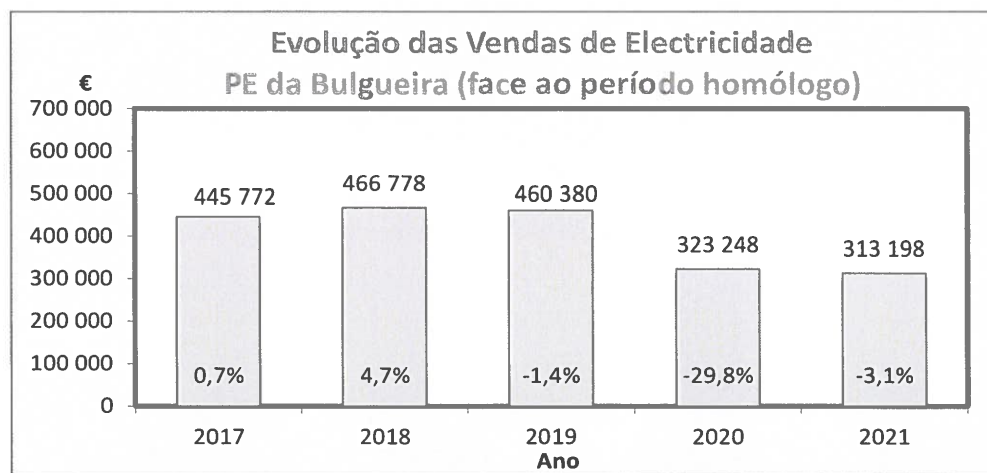
2. Atividade Desenvolvida

No período de 2021, a ATBERG continuou a centrar as suas atividades na exploração do Parque Eólico da Bulgueira, do Aproveitamento Hidroelétrico de Vales e do Parque Eólico de Chã do Guilhado.

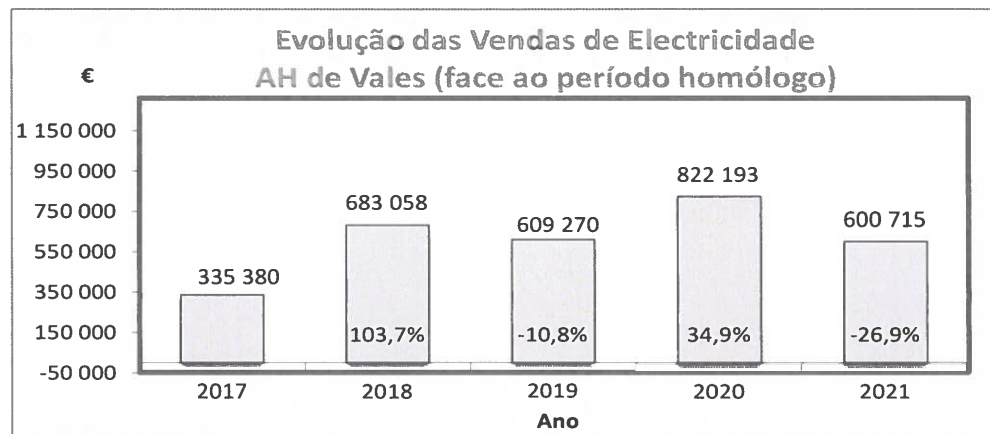
A exploração dos Parques Eólicos e do Aproveitamento Hidroelétrico foi no ano em apreço condicionada por uma disponibilidade hídrica ligeiramente abaixo da média dos anos (índice de produtividade hidroelétrica de 0,93) e eólica em linha com a média dos anos (índice de eolicidade de 1,01).

O **Parque Eólico da Bulgueira**, situado na serra do Alvão, concelho de Ribeira de Pena, é constituído por três aerogeradores Nordex modelo N-50, cada um com 800 kW de potência, cuja atividade no período de 2021 (o seu décimo nono ano completo de produção) se caracterizou pelo acréscimo marginal da produção em 1,7% face ao período anterior, tendo registado 1.743 horas equivalentes de funcionamento a plena carga e uma produção líquida total de 4.184 MWh, correspondendo a um volume de negócios de 313.198€ (-3,1%). Este centro eletroprodutor viu cessar em fevereiro de 2020 a remuneração original por *feed-in-tariff*, tendo transitado para o regime previsto no DL 35/2013, de que resultou a continuação de venda de eletricidade ao comercializador de último recurso, mas no regime de remuneração alternativa (preço de mercado, sujeito a *cap* e a *floor*) previsto no citado DL.

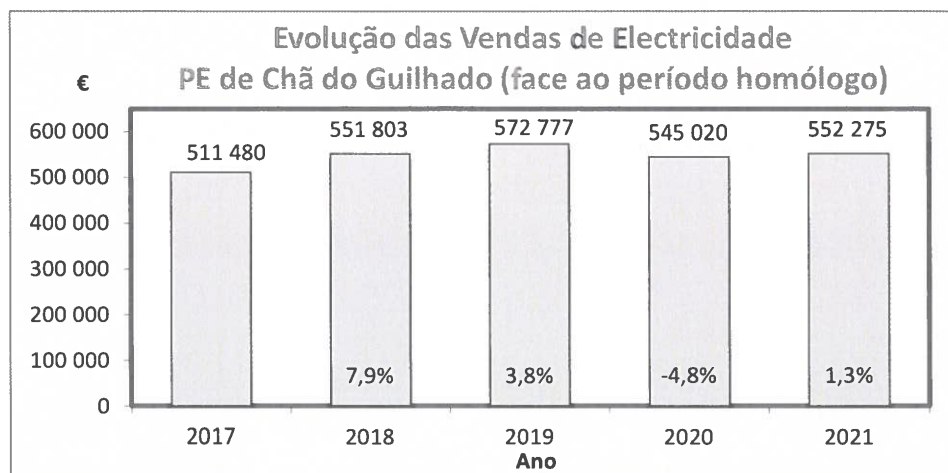
5



Aproveitamento Hidroelétrico de Vales, com 3,2 MW, localizado no rio Tinhela, concelho de Vila Pouca de Aguiar, cumpriu no período de 2021 o seu décimo terceiro ano de exploração, que se caracterizou por um decréscimo sensível da produção de 27% face ao período anterior e por uma produção líquida total de 6.263 MWh, equivalente a 1.957 horas a plena carga, correspondendo a um volume de negócios de 600.715 € (-26,9%).

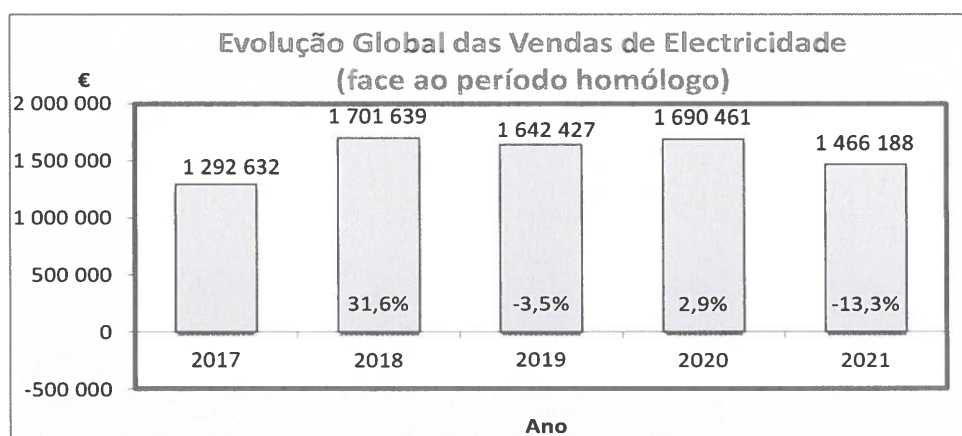


O Parque Eólico de Chã do Guilhado, situado na serra da Padrela, concelho de Vila Pouca de Aguiar, e constituído por um aerogerador ENERCON modelo E-82, com potência de 2 MW, cumpriu no período de 2021 o seu décimo segundo ano completo de exploração, que se caracterizou por um aumento marginal da produção de 0,35% face ao período anterior, tendo registado 2.525 horas equivalentes a plena carga de funcionamento, que representou uma produção líquida total de 5.051 MWh, correspondendo a um volume de negócios de 552.502 € (+1,3%).



A produção anual de eletricidade nos três centros electroprodutores, neste ano influenciada pela acentuada descida na área hídrica (-27%) e por uma pequena subida na área eólica (+1%), totalizou 15,5 GWh, cerca de 12,5% abaixo do período homólogo, valor sensivelmente aquém do global previsto para a média dos anos (18,9 GWh).

A faturação total anual da Empresa, mesmo condicionada pela nova remuneração alternativa na Bulgueira (já atrás referida), bem como pela quebra na produção hidroelétrica (também antes mencionada), foi ainda assim de 1.466.414 €, inferior em 13,3 % face a 2020 (- 224.047 €).



3. Análise Económica e Financeira

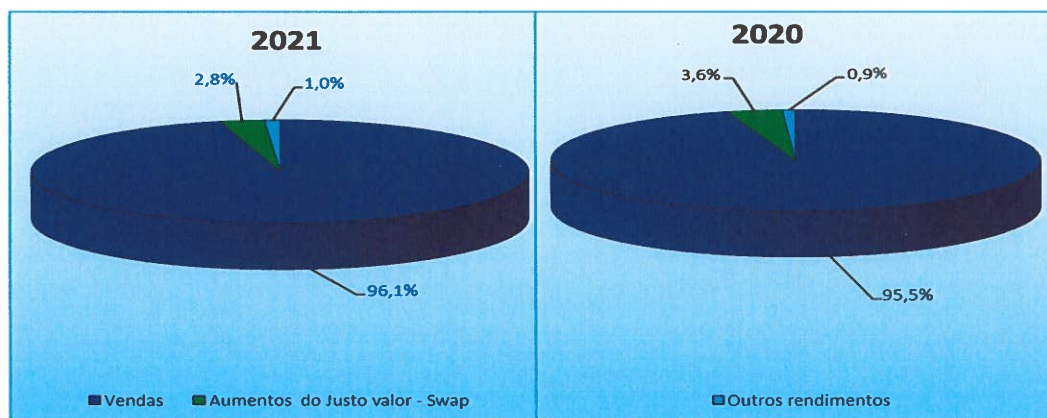
3.1 Rendimentos

Os rendimentos globais da Sociedade diminuíram 13,8% face ao período anterior, cifrando-se nos cerca de 1.525.530 €.

Para além das vendas de energia, principal fonte de rendimento, também contribuíram para os ganhos no período:

- o ganho relativo ao justo valor das operações “swap”, no montante de 43.438 €.

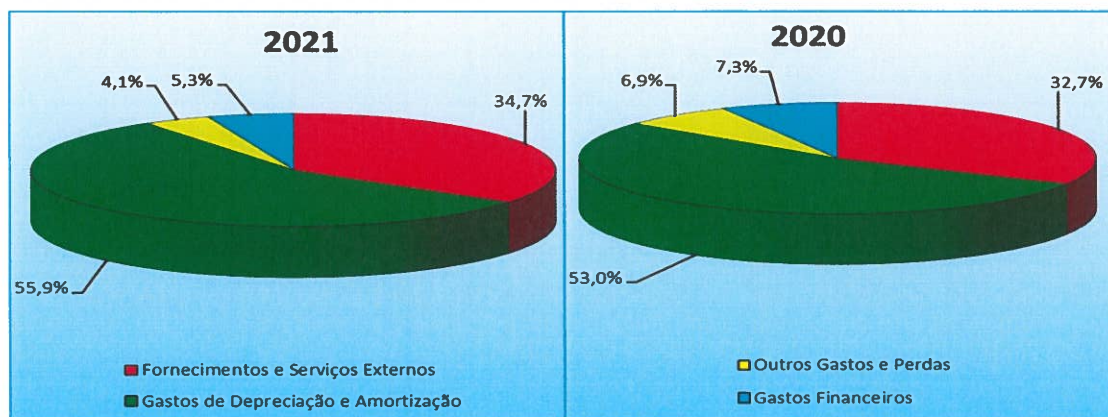
- o reconhecimento, em resultados do período, da quota parte dos subsídios ao investimento recebidos, no montante de 15.000 €;
- outros rendimentos, no montante de 678 €.



Para esta diminuição dos rendimentos contribuíram especialmente a diminuição das vendas de eletricidade (-13,3%) e a diminuição da variação do justo valor (-32,1%).

3.2 Gastos

Os gastos registados no ano de 2021, no montante de 1.021.641 €, traduzem, não apenas os encargos diretamente associados à atividade de produção de energia, mas também encargos indiretos em depreciação e juros, e distribuem-se do modo seguinte:



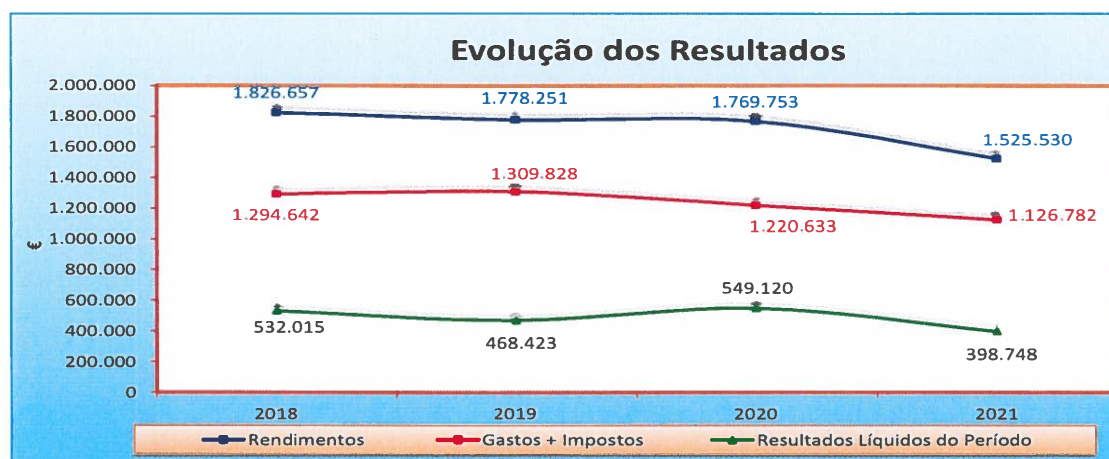
O total dos gastos foi inferior ao período anterior em -54.623 €, muito em resultado do fim da compensação à EDP (-25.061 €) e da diminuição dos juros bancários (- 24.858 €).

A Empresa não dispõe de quadro de pessoal, recorrendo exclusivamente à prestação de serviços em regime de outsourcing.

3.3 Evolução dos Resultados

A variação dos rendimentos e gastos é aferida no quadro e no gráfico que se apresentam seguidamente:

Evolução dos Resultados	2018	2019	2020	2021
Rendimentos	1.826.657	1.778.251	1.769.753	1.525.530
Gastos + Impostos	1.294.642	1.309.828	1.220.633	1.126.782
Resultados Líquidos do Período	532.015	468.423	549.120	398.748



O resultado líquido do período, tendo em conta os fatores atrás mencionados, registou uma diminuição, face ao ano anterior, de 150.372 € (-27,4%). Trata-se do valor mais baixo do último quadriénio que, ainda assim, proporcionou uma rentabilidade de vendas superior a 27%, conforme se detalhará no ponto seguinte.

4. Indicadores Económicos e Financeiros

No período de 2021 a ATBERG, continuou a apresentar indicadores económico-financeiros muito equilibrados, a saber:

INDICADORES DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	2021	2020
Volume de Negócios	1.466.414	1.690.461
<i>taxa de crescimento</i>	<i>-13,3%</i>	<i>2,9%</i>
Outros ganhos operacionais	15.678	15.341
<i>taxa de crescimento</i>	<i>2,2%</i>	<i>-71,0%</i>
Ganhos Totais	1.525.530	1.769.753
<i>taxa de crescimento</i>	<i>-13,8%</i>	<i>-0,5%</i>
Gastos Operacionais	-967.502	-997.268
<i>taxa de crescimento</i>	<i>-3,0%</i>	<i>-6,9%</i>
Cash Flow : <i>Lucro Líquido + Depreciações e Amortizações+Provisões +/- Rubricas Extra Funcionais</i>	926.246	1.056.105
EBITDA (Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos)	1.128.963	1.343.421
% EBITDA: <i>EBITDA/Volume de Negócios</i>	<i>77,0%</i>	<i>79,5%</i>
EBIT - (Resultado antes de gastos de financiamento e impostos)	558.027	772.485
% EBIT: <i>EBIT/Volume de Negócios</i>	<i>38,1%</i>	<i>45,7%</i>
Resultado Financeiro	-54.138	-78.996
% RF <i>/(Volume de Negócios)</i>	<i>-3,7%</i>	<i>-4,7%</i>
Resultado Líquido do período	398.748	549.120
% RL <i>/(Volume de Negócios)</i>	<i>27,2%</i>	<i>32,5%</i>

Ao nível operacional, destaca-se a diminuição do volume de negócios em 13,3% e a redução dos gastos operacionais em apenas 3%, relativamente a 2020, do que resultou a diminuição do EBITDA em 16%, não prejudicando, contudo, a solidez e sustentabilidade económico-financeira da empresa.

Indicadores de Rentabilidade	2021	2020
Resultado Líquido	398.748	549.120
Rentabilidade das Vendas: <i>RL/Vendas</i>	<i>27,2%</i>	<i>32,5%</i>
Rentabilidade do Ativo	<i>5,7%</i>	<i>7,6%</i>
Rentabilidade dos Capitais Próprios	<i>6,4%</i>	<i>9,4%</i>
Free Cash Flow	-89.501	511.820

De notar, através da análise do quadro anterior, a diminuição de todos os índices de rentabilidade, fruto de um ano energético / económico menos produtivo que o ano antecedente.

Indicadores de Equilíbrio Financeiro	2021	2020
<i>Liquidez Geral:</i>	5,87	2,84
<i>Liquidez Imediata</i>	5,01	2,35
<i>Autonomia Financeira</i>	89,6%	80,9%
<i>Solvabilidade</i>	8,59	4,25
<i>Endividamento ("Debt to Equity")</i>	0,12	0,24

De assinalar, também em 2021, a melhoria apreciável dos indicadores de equilíbrio financeiro, nomeadamente através do aumento dos rácios da autonomia financeira para 89,6% (vs. 80,9% em 2020) e da solvabilidade para 8,59 (vs. 4,25 em 2020), fruto do regular reembolso de passivos bancários e da abstenção de distribuição de resultados aos sócios em 2021, num contexto de aforro para novo ciclo de investimentos. De notar, além disso, o crescimento contínuo da situação líquida, a qual excede, há 5 exercícios, o passivo total da sociedade ("*Debt to Equity*" claramente inferior a 1,00). De notar, por fim, o aumento de todos os rácios de liquidez, também reveladores da equilibrada composição do balanço da Sociedade.

5. Evolução Previsível da Sociedade

Admitindo a ocorrência de um ano hidrológico próximo da média estimada e de condições normais ao nível do recurso eólico, os inerentes resultados permitirão à Sociedade continuar a reforçar a sua solidez e sustentabilidade económico-financeira e distribuir aos seus sócios os rendimentos por estes esperados.

Acresce referir que, no curso do ano de 2021, foi prosseguida em assembleia geral de sócios a decisão antecedente de empreender o reequipamento do Parque Eólico (PE) da Bulgueira, desenvolvendo as diligências de licenciamento elétrico, ambiental e municipal necessárias, bem como as etapas de contratualização do fornecimento do novo equipamento e do



respetivo cofinanciamento bancário. O repowering previsto para este PE envolve a substituição dos 3 aerogeradores instalados, em operação há aprox. 19 anos, por um único aerogerador de idêntica potência total (2,4 MW), com um nível esperado de produtividade energética marcadamente superior.

Estão muito adiantadas as diligências efetuadas pela gerência junto dos fornecedores de bens e serviços selecionados para o efeito, bem como junto do financiador bancário contratado, cujos fundos complementarão os capitais próprios disponíveis na sociedade. Admite-se que, até final de 2022, seja possível concluir os licenciamentos pendentes, executar todos os trabalhos de desmantelamento e de reinstalação, e iniciar a operação pós reequipamento do PE da Bulgueira.

6. Aplicação dos Resultados

O resultado líquido do período de 2021 traduziu-se num lucro de **398.748,20 €** pelo que a Gerência, tendo em consideração as disposições legais e o contrato da Sociedade, bem como o facto de ter em curso a realização de um novo investimento “reequipamento do Parque Eólico da Bulgueira”, propõe que esse lucro tenha a seguinte aplicação:

12

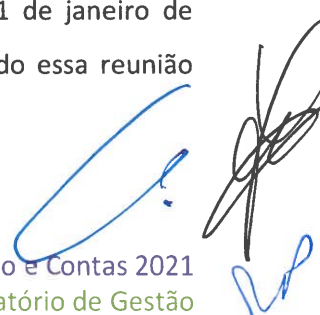
• Reservas Legais	2.475,72€
• Reservas Livres	396.272,48€

7. Factos relevantes ocorridos após o termo do período

a) Aprovação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Gerência em 31 de janeiro de 2022 e serão sujeitas a aprovação em Assembleia Geral de Sócios, tendo essa reunião magna o poder de as alterar, se assim vier a ser decidido.

b) Informações sobre condições que existiam à data do balanço



Não foram obtidas novas informações, sobre condições que existissem à data do balanço, que justifiquem qualquer atualização das divulgações constantes nas demonstrações financeiras.

c) Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos.

Após o fecho do período não foram identificados quaisquer factos relevantes que possam ter impacto nas demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2021.

8. Notas Finais

No final do período em apreço não existiam quaisquer dívidas ao Estado e à Segurança Social, em situação de mora.

A gerência da Atberg, entende que eventuais revisões e correções das declarações fiscais dos períodos em período de revisão, bem como outras contingências de natureza fiscal, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras agora em apreço.

13

9. Agradecimentos

A Gerência expressa uma clara palavra de agradecimento e reconhecimento:

- Às empresas a quem estão confiadas, por contrato de prestação de serviços, a O&M dos parques eólicos (EHATB, NORDEX e ENERCON) e do aproveitamento hídrico (HIDROERG), pelo esforço e dedicação demonstrados no acompanhamento e exploração dos seus centros electroprodutores.
- Às autoridades oficiais, nomeadamente à Direcção-Geral de Energia e Geologia, à Agência Portuguesa do Ambiente, nomeadamente à Administração de Região Hidrográfica do Norte e aos Municípios de Ribeira de Pena e Vila Pouca de Aguiar, bem como à E-Redes e à SU Electricidade, pelo apoio dispensado à ATBERG – Eólicas do Alto Tâmega e Barroso, Lda.;
- À CGD pelo suporte financeiro e pela confiança depositada no desenvolvimento do Parque Eólico de Chã do Guilhado e do Aproveitamento Hidroelétrico de Vales, bem como



à CCAM pelo apoio creditício recentemente concedido para o reequipamento do Parque Eólico da Bulgueira;

- Às sócias, pelo empenho demonstrado na boa evolução dos negócios e pela valiosa colaboração prestada ao desempenho da Gerência.

Ribeira de Pena, 31 de janeiro de 2022

A Gerência.



Pedro Filipe Barbosa Braga Leirão (Presidente)



João António Nogueira Rodrigues de Carvalho



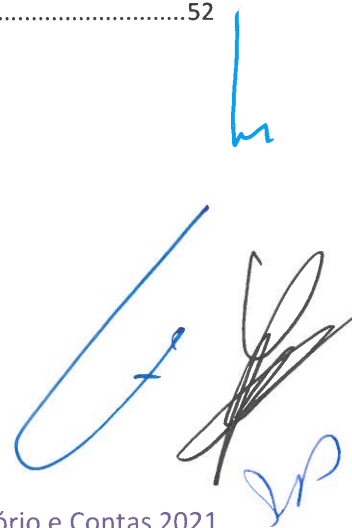
Maria Manuela Portela Correia dos Santos Ramos da Silva



Demonstrações Financeiras

Índice

I – Demonstração de Resultados por Natureza	18
II – Balanço	19
III – Demonstração das Alterações do Capital Próprio	20
IV – Demonstração dos Fluxos de Caixa	21
1 – Objeto Social e Identificação da Empresa	22
2 – Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	22
3 – Principais políticas contabilísticas	23
4 – Caixa e Depósitos à Ordem	34
5 – Vendas	35
6 – Fornecimentos e Serviços Externos	35
7 – Aumentos / Reduções de Justo Valor	36
8 – Outros Rendimentos	37
9 – Outros Gastos	37
10 – Juros e Gastos Similares Suportados	38
11 – Impostos Sobre o Rendimento do Período	38
12 – Ativos Fixos Tangíveis	40
13 – Ativos Intangíveis	42
14 – Clientes e Outros Créditos a Receber	44
15 – Diferimentos	44
16 – Capital Próprio	45
17 – Financiamentos Obtidos	48
18 – Outros Passivos N/Correntes	49
19 – Fornecedores e Outros Passivos Correntes	51
20 – Estado e Outros Entes Públicos	52
21 – Acontecimentos após a data do balanço	52



Índice de Tabelas

Tabela 1 - Taxas de Depreciações e Amortizações	26
Tabela 2 - Disponibilidades	34
Tabela 3 - Outros Depósitos Bancários	35
Tabela 4 - Vendas	35
Tabela 5 - Fornecimentos e Serviços Externos	36
Tabela 6 - Swap Cobertura Taxa Juro	36
Tabela 7 - Outros Rendimentos	37
Tabela 8 - Outros Gastos	37
Tabela 9 - gastos de Financiamento	38
Tabela 10 - Imposto Sobre Rendimento do Período	39
Tabela 11 - Ativos Fixos Tangíveis	40
Tabela 12 - Ativos Intangíveis	43
Tabela 13 - Clientes e Outros Créditos a Receber	44
Tabela 14 - Diferimentos	44
Tabela 15 - Capital Social	45
Tabela 16 - Movimentos Ocorridos nas Rubricas de Capital	45
Tabela 17 - Outros Instrumentos de Capital Próprio	46
Tabela 18 - Subsídios Relacionados com Ativos	47
Tabela 19 - Financiamentos Obtidos	48
Tabela 20 - Outros Passivos N/Correntes	50
Tabela 21 - Justo Valor dos Instrumentos Financeiros	51
Tabela 22 - Fornecedores e Outros Passivos Correntes	51
Tabela 23 - Estado e Outros Entes Públicos	52

I – Demonstração de Resultados por Natureza

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS		
RENDIMENTOS E GASTOS	31-dez-2021	31-dez-2020
Vendas e serviços prestados	1.466.413,83	1.690.460,85
Bulgueira	313.197,57	323.248,25
Vales	600.714,69	822.192,72
Guilhado	552.501,57	545.019,88
Fornecimentos e serviços externos	-354.515,22	-351.554,16
Aumentos/reduções de justo valor	43.438,36	63.951,25
Outros rendimentos	15.677,65	15.340,53
Outros gastos	-42.051,20	-74.777,62
EBITDA-Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	1.128.963,42	1.343.420,85
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-570.936,04	-570.936,04
EBIT- Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	558.027,38	772.484,81
Juros e gastos similares suportados	-54.138,08	-78.995,62
Resultado antes de impostos	503.889,30	693.489,19
Imposto sobre o rendimento do período	-105.141,10	-144.369,08
Resultado líquido do período	398.748,20	549.120,11



II – Balanço

BALANÇO		
ATIVO	PERÍODOS	
	31-dez-2021	31-dez-2020
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	1.546.846,44	1.860.627,52
Ativos intangíveis	3.043.339,50	3.300.494,06
Investimentos Financeiros	500,00	
Investimentos em Curso	497.761,80	27.789,00
SOMA	5.088.447,74	5.188.910,58
Ativo corrente		
Inventários	13.048,82	13.048,82
Clientes	185.718,96	247.837,35
Estado e outros entes públicos	32.037,13	
Outros créditos a receber	246,00	359,92
Diferimentos	44.391,96	88.980,39
Caixa e depósitos bancários	1.605.671,26	1.695.172,13
SOMA	1.881.114,13	2.045.398,61
TOTAL DO ATIVO	6.969.561,87	7.234.309,19
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
CAPITAL PRÓPRIO		
Capital subscrito	1.250.000,00	1.250.000,00
Outros instrumentos de capital próprio	625.000,00	625.000,00
Reservas legais	247.524,28	220.068,28
Outras reservas	3.709.701,67	3.188.037,56
Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	11.850,00	23.700,00
SOMA	5.844.075,95	5.306.805,84
Resultado líquido do período	398.748,20	549.120,11
Total do Capital Próprio	6.242.824,15	5.855.925,95
PASSIVO		
Passivo não corrente		
Provisões	71.550,00	71.550,00
Financiamentos obtidos	307.466,86	512.213,00
Outras dívidas a pagar	27.485,78	74.074,14
SOMA	406.502,64	657.837,14
Passivo corrente		
Fornecedores	30.209,85	38.587,99
Estado e outros entes públicos	58.903,59	64.717,67
Financiamentos obtidos	204.626,30	585.650,91
Outros passivos correntes	26.495,34	31.589,53
SOMA	320.235,08	720.546,10
Total do Passivo	726.737,72	1.378.383,24
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	6.969.561,87	7.234.309,19

III – Demonstração das Alterações do Capital Próprio

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO						Unidade Monetária: Euro	
DESCRIÇÃO	Capital Subscrito	Outros Instrumentos de Capital	Reservas Legais	Outras Reservas	Ajustamentos / Outras Variações no Capital	Resultado Líquido do Período	Total do Capital Próprio
A 1 de Janeiro de 2020	1.250.000	625.000	196.645	2.743.038	35.550	468.423	5.318.656
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Aplicação de Resultados			23.423	445.000		-468.423	0
Subsídios ao Investimento					-11.850		-11.850
	0	0	23.423	445.000	-11.850	-468.423	-11.850
Resultado líquido do período						549.120	549.120
Resultado integral						80.697	549.120
	0	0	0	0	0	0	0
A 31 de Dezembro de 2020	1.250.000	625.000	220.068	3.188.038	23.700	549.120	5.855.926
A 1 de Janeiro de 2020	1.250.000	625.000	220.068	3.188.038	23.700	549.120	5.855.926
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Aplicação de Resultados			23.423	445.000		-468.423	0
Subsídios ao Investimento					-11.850		-11.850
	0	0	23.423	445.000	-11.850	-468.423	-11.850
Resultado líquido do período						398.748	398.748
A 31 de Dezembro de 2021	1.250.000	625.000	243.491	3.633.038	11.850	479.445	6.242.824



IV – Demonstração dos Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA		
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	PERÍODOS	
	31-dez-2021	31-dez-2020
Recebimentos de clientes	1.865.807,03	2.186.457,35
Pagamentos a fornecedores	-394.014,68	-472.878,93
Caixa gerada pelas operações	1.471.792,35	1.713.578,42
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-158.991,08	-117.894,63
Outros recebimentos/pagamentos	-276.461,36	-401.593,47
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	1.036.339,91	1.194.090,32
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-480.236,56	-14.167,12
Investimentos financeiros	-500,00	
Recebimentos provenientes de:		
Juros e rendimentos similares	81,69	
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-480.654,87	-14.167,12
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	1,00	
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-585.771,58	-582.495,33
Juros e gastos similares	-59.415,33	-85.608,04
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	-645.185,91	-668.103,37
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-89.500,87	511.819,83
Caixa e seus equivalentes no início do período	1.695.172,13	1.183.352,30
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1.605.671,26	1.695.172,13


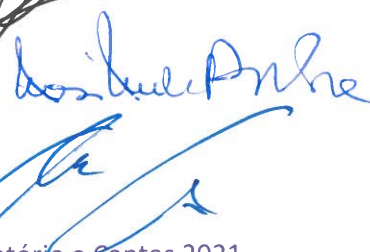
21

Ribeira de Pena, 31 de janeiro de 2022

A Contabilista Certificada


N.º 40.235

A gerência

Relatório e Contas 2021
Demonstrações Financeiras e Anexo

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 — Objeto Social e Identificação da Empresa

ATBERG – Eólicas do Alto Tâmega e Barroso Lda., tem por objeto a execução, gestão e exploração de instalações para produção de Energia Eólica, assim como quaisquer outras atividades afins no domínio das energias renováveis, com sede na Rua D. Nuno Álvares Pereira em Ribeira de Pena, nº de Identificação de Pessoa Coletiva 505 294 656, registada na Conservatória do Registo Comercial de Ribeira de Pena, sob o mesmo número.

2 — Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF-PE). A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela ATBERG, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar destas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Gerência e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer

disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

2.4. Efeitos das alterações ao SNC

O Sistema de Normalização Contabilística foi alterado em 29 de julho de 2015, com a publicação do Aviso n.º 8256/2015, com aplicação ao exercício iniciado em 01 de janeiro de 2016, o qual originou o seguinte efeito nas demonstrações financeiras da Empresa: A empresa passou a adotar o normativo “NCRF – PE”.

Nos termos do normativo que alterou o SNC anterior, “As alterações de políticas contabilísticas decorrentes da adoção pela primeira vez da NCRF-PE, devem ser aplicadas prospetivamente, e quaisquer quantias relativas a diferenças de transição devem ser reconhecidas no capital próprio.

23

3 — Principais políticas contabilísticas

3.1 — Bases de apresentação mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

Bases de Apresentação: As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com as NCRF-PE em vigor à data da elaboração destas demonstrações financeiras.

Bases de Mensuração: As Demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados na elaboração destas demonstrações financeiras são consistentes e comparáveis com as utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, e descritas nas respetivas notas anexas.

3.2 — Principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras

A — Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009, data da transição para as NCRF, encontram-se registados ao custo histórico, deduzido de depreciações e perdas de imparidade acumuladas. Os ativos fixos tangíveis adquiridos após àquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas, calculadas de acordo com a vida útil estimada.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para a sua entrada em funcionamento, e quando aplicável, a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauro dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a empresa espera incorrer.

Os gastos de desmantelamento, serão, apenas, incorridos no final da utilização do ativo subjacente. Em todo o caso, deverão ser incluídos no custo inicial do bem, procedendo-se à relação direta entre rendimentos e gastos. A não mensuração inicial destes gastos levaria a benefícios económicos proporcionados pelo uso do bem ao longo da sua vida útil, sem termos o correspondente rendimento. Desta forma, teríamos o reconhecimento de um gasto (depreciação) superior, mas diluído ao longo da vida útil do bem, ao invés de

ocorrer o seu montante global, após o fim do processo de geração de benefícios económicos do uso do bem.

Como a empresa está comprometida, pelo contrato, a repor o terreno no estado original (obrigação contratual) e existe uma estimativa fiável da obrigação, sendo provável uma saída de recursos incorporando benefícios económicos que resulta da liquidação dessa obrigação presente que surgiu em consequência de acontecimentos passados, a situação enquadra-se nos pressupostos de reconhecimento de uma provisão para gastos de desmantelamento.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos ativos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica “Perdas por Imparidade” da demonstração de resultados.

Um item do ativo fixo tangível é desreconhecido quando não se esperem benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou perda decorrente do desreconhecimento do ativo é determinado pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada do ativo na data da alienação/abate, e reconhecido em resultados, como “outros rendimentos” ou “outros gastos”.

25

Os demais dispêndios com reparação e manutenção que não aumentem a vida útil dos ativos são reconhecidos como gasto do período em que são incorridos.

As depreciações são calculadas após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados tendo por base a quantia depreciável dos bens pelo método linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado, e imputadas aos resultados do período numa base sistemática ao longo da vida útil, estimada, do bem, a qual é determinada tendo em consideração o período esperado de utilização do ativo.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem, à vida útil estimada dos bens, as quais se situam nos seguintes intervalos:

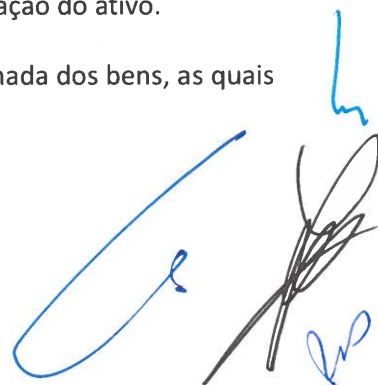


Tabela 1 - Taxas de Depreciações e Amortizações

Designação	Anos	Taxa - %
Edifícios e outras construções	20 a 30	5,00 a 3,33
Equipamento básico	16 a 20	6,25 a 5,00
Equipamento administrativo	8	12,50
Outras imobilizações corpóreas	10	10,00

B — Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que deles fluam, para a empresa, benefícios económicos futuros, sejam controláveis pela empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição e ou produção, deduzido das amortizações e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos, pelo método da linha reta, de uma forma consistente, decorrente da aplicação das taxas de amortização correspondentes aos anos de vida útil.

26

Atividades de concessão da empresa

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu em julho de 2007, a Interpretação IFRIC 12 - Contratos de Concessão de Serviços. Esta interpretação foi aprovada pela Comissão Europeia em 25 de março de 2009, sendo aplicável para os exercícios que se iniciaram após aquela data.

No caso da Atberg, o primeiro exercício após a data de entrada em vigor mencionada foi o exercício de 2010, pelo que a empresa adotou a IFRIC 12 para efeitos comparativos com referência a 1 de janeiro de 2009. A IFRIC 12 é aplicável a contratos de concessão público-privados nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados através da utilização de determinadas infraestruturas bem como o preço dessa prestação e controla igualmente qualquer interesse residual significativo nessas infraestruturas.

De acordo com a IFRIC 12, as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos, passando a ser reconhecidas de acordo com um dos seguintes modelos contabilísticos, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo concedente no âmbito do contrato.

- Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registo de um ativo financeiro, o qual é registado ao custo amortizado.

- Modelo do ativo intangível

Este modelo é aplicável quando o operador, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização das infraestruturas (risco de procura) afetas à concessão e resulta no registo de um ativo intangível.

- Modelo misto

Este modelo aplica-se quando a concessão inclui simultaneamente compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão.

No caso da Atberg, é aplicado o Modelo do ativo intangível.

C - Instrumentos Financeiros

É política da empresa reconhecer um ativo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio, apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A empresa mensura, ao custo menos perdas por imparidade, os instrumentos financeiros, que tenham uma maturidade definida, que os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou com taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento – a Euribor – que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante e que não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar, para o seu detentor, em perda do valor nominal e de juro acumulado.

Enquanto a empresa for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não é alterada para esse instrumento financeiro.

C₁ - Clientes e Outras Créditos a Receber

As dívidas de clientes e outros créditos a receber são registados pelo seu valor nominal, ajustados subsequentemente por eventuais perdas por imparidade de modo que reflitam o seu valor realizável. As perdas por imparidade dos clientes e créditos a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis, conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Imparidade de dívidas a receber”, sendo, subsequentemente, revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

C₂-Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

C₃ - Outros ativos financeiros

Os outros ativos financeiros são reconhecidos pelo respetivo custo e desreconhecidos quando expiram os direitos de receber os respetivos fluxos de caixa ou quando a empresa transferiu para outra parte todos os riscos significativos e benefícios inerentes à posse do ativo financeiro.

Em cada data de balanço a empresa verifica a existência de evidência objetiva de imparidade e reconhece qualquer perda por imparidade apurada nos resultados do período. Quando, subsequentemente, se verifica que a perda por imparidade diminuiu ou já não existe, a empresa procede à sua reversão nos resultados do período, exceto quando a perda por imparidade se relaciona com instrumentos de capital próprio, não sendo a reversão, nestas situações, permitida.

C₄ - Empréstimos

Os empréstimos são expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os gastos de empréstimos obtidos devem ser reconhecidos como um gasto no período em que sejam incorridos, exceto nos casos em que sejam capitalizados.

Os gastos de juros e outros incorridos com empréstimos obtidos, são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e imputados aos resultados do período de acordo com o regime de acréscimo

C₅ - Instrumentos financeiros derivados

A Empresa utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Os instrumentos financeiros derivados, utilizados pela Empresa, respeitam a “swaps” de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro

em empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos “swaps” de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. A variação no justo valor dos “swaps” de cobertura de “cash-flow” é registada no ativo ou no passivo por contrapartida de resultados das rubricas “ganhos por aumentos de justo valor” ou “perdas por redução do justo valor”.

Nos casos em que o instrumento de cobertura se revela eficaz, os montantes gerados por ajustamentos ao justo valor são registados diretamente em capitais próprios na rubrica “Ajustamentos / Outras Variações no Capital Próprio”.

D - Regime do Acréscimo - Especialização de Exercícios

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outros Créditos a Receber, Outros Passivos Correntes” e ou “Diferimentos”.

Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido, são contabilizados por estimativa.

30

E — Rédito

Os réditos decorrentes de vendas são imputados a resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos ganhos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

F — Subsídios E Outros Apoios das Entidades Públicas

De acordo com o §§ 4 da NCRF-PE 14, os subsídios atribuídos por entidades públicas que sejam não reembolsáveis e relacionados com ativos fixos tangíveis ou intangíveis devem ser inicialmente reconhecidos nos capitais próprios e, subsequentemente, imputados numa base sistemática como rendimentos, durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

Assim, os subsídios atribuídos por entidades públicas, que sejam não reembolsáveis e relacionados com ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, incluindo os subsídios não monetários, devem ser apresentados no balanço como componente do capital próprio, e imputados como rendimentos do período numa base sistemática e racional durante a vida útil do ativo. §§ 8 da NCRF-PE 14.

G — Imposto Sobre o Rendimento

31

O tratamento contabilístico dos impostos sobre o rendimento é, salvo disposição específica, o método do imposto a pagar §§ 1 da NCRF-PE 16.

O imposto corrente é estimado com base no valor esperado a recuperar ou a pagar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usada é a que se encontra em vigor à data de balanço.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Ao IRC devido pode acrescer a Derrama, a qual é receita municipal. A taxa geral de Derrama, lançada pelos diferentes municípios, pode ascender até 1,5%, podendo coexistir uma taxa reduzida de Derrama para empresas com volume de negócios inferior a € 150.000 no exercício anterior.

Os impostos sobre o rendimento são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas diretamente nos capitais próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capitais próprios, não afetando o resultado do exercício.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas, por um período de quatro anos, a eventuais correções por parte da Administração Fiscal, (cinco anos para a segurança social).

Os prejuízos fiscais apurados num determinado exercício, sujeitos também a inspeção e ajustamentos, podem ser deduzidos aos lucros tributáveis, havendo-os, de um ou mais dos doze períodos de tributação posteriores. No entanto, a dedução a efetuar em cada um dos períodos de tributação não pode exceder o montante correspondente a 70 % do respetivo lucro tributável, nos termos do artigo 52.º do CIRC.

H — Classificação de Balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

I — Reservas

Reserva Legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5 % do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da 'reserva legal' até que esta represente pelo menos a quinta parte do capital social (20%). Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

J — Eventos Subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.3 — Na preparação das demonstrações financeiras anexas, preparadas de acordo com as NCRF-PE, não foram efetuados juízos de valor, nem utilizados pressupostos que afetem as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva, conforme disposto pela NCRF-PE 6.

Não estão previstas quebras de atividade nem alterações que envolvam risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o próximo ano.

3.4 — Risco de taxa de juro

A maior parte do endividamento da Atberg, encontra-se indexado a taxas variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da Empresa é mitigado pela possibilidade de utilização de instrumentos derivados de cobertura do risco de taxa de juro.

A Empresa apenas utiliza instrumentos derivados para efeitos de cobertura de riscos de taxas de juro considerados significantes. Dois princípios são utilizados na seleção e determinação dos instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro:

- Para cada derivado ou instrumento de cobertura utilizado para proteção de risco associado a um determinado financiamento, existe coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objeto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura;
- Equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/transação que está a ser coberta;

4 — Caixa e Depósitos à Ordem

4.1 — Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Nos períodos em análise, o detalhe de caixa e depósitos bancários é como segue:

Tabela 2 - Disponibilidades

Meios Financeiros Líquidos	31-Dez-2021	31-Dez-2020	Variação	
			Valor	%
Caixa	181	91	90	99,1%
Numerário	181	91	90	99,1%
Depósitos bancários	1.605.490	1.695.081	-89.591	-5,3%
Depósitos à ordem	1.521.390	1.246.757	274.633	22,0%
Outros depósitos bancários	84.100	448.324	-364.224	-81,2%
Total - Caixa e depósitos bancários	1.605.671	1.695.172	-89.501	-5%

4.2 — Quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso.

Tabela 3 - Outros Depósitos Bancários

Outros depósitos bancários	31-Dez-2021	31-Dez-2020	Variação	
			Valor	%
Montante correspondente ao "Serviço da Dívida" da próxima prestação	84.100	19.800	64.300	324,7%
Total	84.100	19.800	64.300	325%

5 — Vendas

O montante das vendas reconhecidas na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

Tabela 4 - Vendas

REDITO	31-Dez-2021	31-Dez-2020	Variação	
			Valor	%
Vendas	1.466.414	1.690.461	-224.047	-13,3%
Parque Eólico da Bulgueira	313.198	323.248	-10.051	-3,1%
Parque Eólico do Guilhado	552.502	545.020	7.482	1,4%
Aproveitamento Hidroeléctrico de Vales	600.715	822.193	-221.478	-26,9%

35

As vendas compreendem os montantes, provenientes da venda de eletricidade, fornecida à SU – Eletricidade, S.A.", líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos.

A faturação relativa à venda de energia é efetuada mensalmente, com base em contagens reais da energia produzida.

6 — Fornecimentos e Serviços Externos

Nos períodos em análise, esta rubrica apresentava o seguinte detalhe

Tabela 5 - Fornecimentos e Serviços Externos

Fornecimentos e Serviços Externos	31-Dez-2021	31-Dez-2020	Variação	
			Valor	%
Serviços Especializados	290.659	289.718	-2.950	-1,0%
Trabalhos Especializados	251.715	271.713	-19.998	-7,4%
Serviços Administrativos	50.346	50.346	0	0,0%
Exploração e Assessoria	80.035	100.045	-20.010	-20,0%
Manutenção	109.334	115.422	-6.088	-5,3%
Outros Trabalhos Especializados	12.000	5.900	6.100	103,4%
Honorários	385		385	-
Comissões	253	2.407	-2.154	-89,5%
Conservação e Reparação	30.898	12.081	18.817	155,8%
Outros Serviços Especializados	7.409	3.517	3.892	110,7%
Materiais	2	165	-163	-99,0%
Ferramentas Utensílios Desgaste Rápido	2	16	-15	-90,0%
Material de Escritório		148	-148	-100,0%
Energia e Fluidos	8.773	11.348	-2.576	-22,7%
Electricidade	4.413	4.741	-327	-6,9%
Energia Reativa	4.359	6.607	-2.248	-34,0%
Serviços Diversos	55.082	50.324	4.758	9,5%
Rendas e Alugueres	12.796	12.796	0	0,0%
Comunicação	2.283	2.073	209	10,1%
Seguros	39.535	35.130	4.405	12,5%
Outros	468	325	144	44,3%
Total FSE	354.515	351.554	2.961	0,8%

36

7 — Aumentos / Reduções de Justo Valor

Nos períodos em análise, esta rubrica apresentava o seguinte detalhe:

Tabela 6 - Swap Cobertura Taxa Juro

Financia- mento	Swap		Instrumento Financeiro Derivado - Cobertura Taxa de Juro				
	DATA	DATA	VALOR	Taxa	MTM		
	INICIO	MATURIDADE			31-dez-2020	Variação	31-dez-2021
Vales 1	09/02/2009	09/02/2024	525.000	3,58	8.200	4.300	3.900
Vales 2	17/09/2009	07/12/2021	3.757.406	3,92	12.196	12.196	0
Guilhado	07/12/2009	09/01/2024	2.500.000	4,50	50.528	26.942	23.586
					70.924	43.438	27.486

Em dezembro de 2021 terminou a amortização do empréstimo “Vales 2” e com ele terminou também o swap associado.

8 — Outros Rendimentos

Nos períodos em análise, esta rubrica apresentava o seguinte detalhe:

Tabela 7 - Outros Rendimentos

Outros Rendimentos e Ganhos	31-Dez-2021	31-Dez-2020	Variação	
			Valor	%
Imputação de Subsídios Para Investimentos	15.000,00	15.000	0	0,0%
Outros	678	341	337	99,0%
Total	15.678	15.341	337	2,2%

A rubrica, “Subsídios” refere-se ao reconhecimento do ganho respeitante a bens subsidiados no montante de 300.000 €, no âmbito da medida de Apoio ao Aproveitamento do Potencial Energético e Racionalização de Consumos (MAPE). Esta imputação é feita em cada período à medida e na proporção em que são contabilizadas as depreciações do investimento subsidiado.

37

9 — Outros Gastos

Nos períodos em análise, esta rubrica apresentava o seguinte detalhe:

Tabela 8 - Outros Gastos

Outros Gastos	31-Dez-2021	31-Dez-2020	Variação	
			Valor	%
Impostos	133	364	-231	-63,6%
Taxas de Produção	24.817	25.763	-946	-3,7%
Donativos	15.000	22.000	-7.000	-31,8%
Compensação EDP		25.061	-25.061	-100,0%
Outros	2.102	1.590	512	32,2%
Total	42.051	74.778	-32.726	-43,8%

As taxas de produção referem-se aos pagamentos efetuados aos municípios onde os parques eólicos se encontram instalados, por força do Art.º 3º do Dec. Lei 339 - C/2001 de 29/12. Estes

pagamentos correspondem, a 2,5% das vendas de energia elétrica, produzida nos parques eólicos.

A rubrica “Donativos” inclui os donativos que, por deliberação da Gestão foi atribuído ao Município de Vila Pouca de Aguiar.

10 — Juros e Gastos Similares Suportados

Total gasto de juros para passivos financeiros com contrapartida em resultados.

Tabela 9 - gastos de Financiamento

Gastos de Financiamentos	31-Dez-2021	31-Dez-2020	Variação	
			Valor	%
Juros Normais	11.132	10.484	648	6,2%
Juros Swap	37.526	68.070	-30.544	-44,9%
Encargos de Financiamento	5.480	441	5.039	1142,5%
Total	54.138	78.996	-24.858	-31,5%

38

A rubrica “Juros e gastos similares de empréstimos obtidos” inclui os juros e gastos associados, relativos aos empréstimos obtidos, mensurados ao custo, bem como os juros de derivados de cobertura de taxa de juro “Swap”, mensurados ao justo valor.

11 — Impostos Sobre o Rendimento do Período

A taxa de imposto resultante da valorização das diferenças tributárias à data de balanço foi de 20,87%.

O gasto de impostos sobre lucros dos exercícios de 2020 e 2019 é decomposto como segue:

Tabela 10 - Imposto Sobre Rendimento do Período

Imposto sobre o Rendimento do Período	PERÍODOS	
	31-Dez-2021	31-Dez-2020
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO	503.889	693.489
Acréscimos à matéria coletável	3.578	3.578
Deduções à matéria coletável	-6.795	-9.595
Matéria Coletável	500.672	687.472
Imposto	105.141	144.369
Imposto sobre o Rendimento do Período	105.141	144.369
Taxa Efetiva de Imposto	20,87%	20,82%

O IRC devido é genericamente calculado sobre a matéria coletável apurada, a partir do resultado antes do imposto, com subsequente dedução e acréscimo de determinados valores decorrentes da lei (e.g., acréscimo de depreciações não aceites fiscalmente, majoração de donativos etc.), por aplicação, aquela, da taxa de IRC (21%) para quantificação do imposto a pagar ou a recuperar, operações que são demonstradas no quadro acima.

Nos termos do artigo 88º do CIRC, a empresa encontra-se também sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos, nomeadamente, despesas de representação cuja taxa é de 10%.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas, por um período de quatro anos, a eventuais correções por parte da Administração Fiscal, (cinco anos para a segurança social).

É convicção da Gerência, que eventuais correções resultantes da revisão/inspeção, por parte da Administração Tributária, à situação fiscal e parafiscal da Empresa em relação aos exercícios em aberto não terão um efeito material nas demonstrações financeiras.

12 — Ativos Fixos Tangíveis

12.1 - No período em análise, o movimento ocorrido nas rubricas dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas foram como segue:

Tabela 11 - Ativos Fixos Tangíveis

Ativo Bruto	Saldo 31-Dez-2020	Aquisições	Transferências e Abates	Saldo 31-Dez-2021
Terrenos	237.622			237.622
Edifícios	744.791			744.791
Equip. básico	4.975.058			4.975.058
Equip. administrativo	4.283			4.283
Outros	14.683			14.683
Investimentos em curso	27.789	469.973		497.762
Total	6.004.226	469.973	0	6.474.199

Depreciações e Perdas por Imparidade Acumuladas	Saldo 31-Dez-2020	Depreciações do Exercício	Transferências e Abates	Saldo 31-Dez-2021
Edifícios	562.463	37.240		599.703
Equip. básico	3.562.169	248.753		3.810.922
Equip. administrativo	4.283			4.283
Outros	14.683			14.683
Total	4.143.599	285.992	0	4.429.591

Ativo Líquido	Saldo 31-Dez-2020	Aumentos	Diminuições	Saldo 31-Dez-2021
Ativo Fixo Tangível	1.860.628	469.973	285.992	2.044.608
Total	1.860.628	469.973	285.992	2.044.608

O ativo, da empresa, é composto, essencialmente, por edifícios e outras construções, necessárias à implantação dos Parques Eólicos da Bulgueira e do Guilhado e Equipamento Básico (geradores eólicos e outros equipamentos), acrescidas do valor, estimado, dos correspondentes gastos de desmantelamento.

Os gastos de desmantelamento, remoção de ativos e restauração do local foram incluídos no custo do ativo relacionado. O custo total no montante de 71.550 €, estimado ao valor corrente, foi acrescido ao custo de construção das instalações e é depreciado da mesma forma que o

ativo que integram. Em contrapartida, foi reconhecido um passivo, *porque claramente definida a obrigação*, no mesmo montante, que será utilizado quando os gastos forem incorridos.

À data de cada balanço, quaisquer atualizações no valor estimado serão tomadas em consideração, sendo registadas em gastos ou rendimentos do exercício por contrapartida da correspondente conta do Passivo.

Os ativos fixos tangíveis não apresentam quaisquer indícios de perdas por imparidade, pelo que são nulas as imparidades acumuladas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021.

Todos os ativos, encontram-se localizados em território nacional, estão em poder da ATBERG, e encontram-se integralmente afetos à atividade da empresa.

12.2 — Investimentos Implantados em Propriedade Alheia

Parque Eólico da Bulgueira

O Parque Eólico da Bulgueira está implantado em terrenos baldios pertencentes à Junta de Freguesia de Santa Marinha, concelho de Ribeira de Pena, a qual, por contrato “Promessa de Constituição do Direito de Superfície sobre Terrenos Baldios”, celebrado em 26 de outubro de 2000 cedeu a “Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA” os referidos terrenos baldios, com vista aos estudos para a instalação de um parque eólico. Por contrato de cessão de posição contratual, de 20 de novembro de 2002, ao abrigo da cláusula décima do mesmo contrato, a “EHATB, EIM, SA” cedeu a sua posição à empresa “ATBERG – Eólicas do Alto Tâmega e Barroso, Lda.” para instalação do parque eólico da Bulgueira. Em resultado desta cedência, passou a ATBERG a ser a prometida detentora dos direitos de exploração.

Assim, em 01 de fevereiro de 2017, foi celebrado um novo contrato de “Cessão de Exploração”, entre a Junta de Freguesia de Santa Marinha e a ATBERG, no qual a Junta de Freguesia cede à ATBERG a exploração dos terrenos baldios, constante do Anexo III anexo ao contrato, onde está implantado o parque Eólico da Bulgueira, e nos termos das clausulas Segunda e Terceira do mesmo.

Este contrato tem a duração de 25 (vinte e cinco) anos e mais 10 (dez) anos, contados da data, em que teve início a produção de energia elétrica, março de 2003, não podendo a Junta de Freguesia opor-se, sob qualquer pretexto, às prorrogações nele referidas.

Parque Eólico da Chã do Guilhado

O Parque Eólico de Chã do Guilhado está implantado em terrenos baldios geridos pelo Conselho Diretivo da Povoação do Guilhado, em representação das Comunidades de Guilhado, freguesia e concelho de Vila Pouca de Aguiar. Em 8 de Agosto de 2000, foi celebrado um “Contrato Promessa de Cessão de Exploração de Terrenos Baldios”, entre o referido Conselho Diretivo e a EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA, para a realização de estudos com vista à instalação de parques eólicos. Estes terrenos, foram cedidos à ATBERG – Eólicas do Alto Tâmega e Barroso, Lda., em julho de 2010 por contrato de cessão parcial de posição contratual. Em resultado desta cedência, passou a ATBERG a ser atual “Promitente Cessionária”.

Assim, em 01 de março de 2016, foi celebrado um novo contrato de “Cessão de Exploração”, entre o Conselho Diretivo dos Baldios da Povoação de Guilhado, na qualidade de representantes dos Compartes da Povoação de Guilhado, e a ATBERG, no qual o Conselho Diretivo cede à ATBERG a exploração dos terrenos baldios, constante do Anexo III anexo ao contrato, onde está implantado o parque Eólico Guilhado, e nos termos das clausulas Segunda e Terceira do mesmo.

Este contrato tem a duração de 20 (vinte) anos e mais 10 (dez) anos, contados da data em que teve início a produção de energia elétrica, outubro de 2009, não podendo o Conselho Diretivo opor-se, sob qualquer pretexto, às prorrogações nele referidas.

13 — Ativos Intangíveis

No período em análise, o movimento ocorrido nas rubricas dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Tabela 12 - Ativos Intangíveis

Ativo Bruto	Saldo 31-Dez-2020	Aumentos	Transferências e Abates	Saldo 31-Dez-2021
Propriedade industrial	6.739.847			6.739.847
Total	6.739.847	0	0	6.739.847

Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	Saldo 31-Dez-2020	Amortizações do Período	Transferências e Abates	Saldo 31-Dez-2021
Propriedade industrial	3.411.564	284.944		3.696.507
Total	3.411.564	284.944	0	3.696.507

Ativo Líquido	Saldo 31-Dez-2020	Aumentos	Diminuições	Saldo 31-Dez-2021
Propriedade industrial	3.328.283		284.944	3.043.340
Total	3.328.283	0	284.944	3.043.340

Após a entrada em vigor do SNC, o Aproveitamento Hidroelétrico de Vales, deixou de ser reconhecido como ativo fixo tangível, reversível, na medida em que se considera que, nos termos do contrato de concessão, a empresa adquiriu o direito de o utilizar, não existindo controlo sobre o mesmo uma vez que:

- O concedente controla a infraestrutura e;
- A infraestrutura reverte para o concedente no final do contrato.

O Valor do Investimento inicialmente realizado na construção da infraestrutura, anteriormente reconhecido como um ativo tangível, foi reclassificado para ativo intangível.

As depreciações dos ativos associados ao "Aproveitamento Hidrelétrico de Vales" vinham a ser efetuadas, de acordo com a tabela anexa ao decreto regulamentar 2/90, ou seja, era considerado um período de vida útil adequado ao período de vida útil definido para efeitos fiscais.

Tal tabela era aplicável aos diferentes e a todos os bens que integravam o referido aproveitamento.

Recorda-se que o período da concessão corresponde a 35 anos e teve início em 2009. Sempre que o critério fiscal excedesse os referidos 35 anos, era este último o utilizado. Os terrenos, obviamente, não sofriam qualquer depreciação.

Neste enquadramento, as depreciações de cada exercício, ascendiam a cerca de 281.064 €, o que correspondia a uma taxa global média de 4,1%, ou seja, o equivalente a 25 anos de vida útil, período este, portanto, inferior ao período da concessão.

Porque a política de depreciação anteriormente seguida se nos afigura ainda como adequada e compatível com a que agora se tornou exigível pelo novo normativo, optou-se por utilizar o mesmo nível de depreciação que vinha a ser consistentemente utilizado.

14 — Clientes e Outros Créditos a Receber

No período em análise, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Tabela 13 - Clientes e Outros Créditos a Receber

Clientes e Outros Créditos a Receber	31-Dez-2021	31-Dez-2020	Variação	
			Valor	%
Clientes C/Corrente	185.719	247.837	-62.118	-25,1%
Outros Créditos a Receber		360	-360	-100,0%
Adiantamento de Fornecedores	246	246	0	0,0%
Total	185.965	248.443	-62.478	-25,1%

44

15 — Diferimentos

As quantias escrituradas na rubrica “Diferimentos” constituem gastos registados nos períodos em análise e imputáveis a períodos subsequentes, por respeito ao pressuposto contabilístico da especialização dos exercícios.

Tabela 14 – Diferimentos

Diferimentos	31-Dez-2021	31-Dez-2020	Variação	
			Valor	%
Seguros	30.716	16.109	14.608	90,7%
Gastos de Manutenção	13.676	72.872	-59.196	-81,2%
Total	44.392	88.980	-44.588	-50,1%

Respeitam, essencialmente aos gastos a reconhecer decorrentes dos contratos celebrados com a Enercon, para manutenção dos parques Eólicos, e contratos de seguros.

16 — Capital Próprio

16.1 - Capital Social

No período em análise, o capital social da empresa, totalmente subscrito e realizado, é detido pelas seguintes entidades:

Tabela 15 - Capital Social

SÓCIOS	Participação Direta no Capital	
	%	Valor (€)
MUNICÍPIOS em regime de contitularidade:		
<i>Boticas; Chaves; Montalegre; Ribeira de Pena; Valpaços e Vila Pouca de Aguiar</i>	40	500.000
LUSITERG - Gestão e produção Energética, Lda	40	500.000
HIDROERG - Projectos Energeticos, Lda	20	250.000
TOTAL	100	1.250.000

45

16.2 - Movimentos ocorridos nas rubricas de capital:

Tabela 16 - Movimentos Ocorridos nas Rubricas de Capital

CAPITAL PRÓPRIO	Saldo Inicial 31-Dez-2020	Aumentos	Diminuições	Saldo Final 31-Dez-2021
Capital Social	1.250.000			1.250.000
Outros Instrumentos de Capital Próprio	625.000			625.000
Reservas:	3.408.106			3.957.226
Reservas legais	220.068	27.456		247.524
Reservas Livres	3.188.038	521.664		3.709.702
Ajustamentos / Outras Variações no Capital Próprio	23.700		11.850	11.850
Resultado Líquido do Exercício	549.120	398.748	549.120	398.748
TOTAL	5.855.926	947.868	560.970	6.242.824

O quadro acima traduz as variações ocorridas na rubrica de capitais próprios resultantes de:

- Aplicação dos resultados do exercício de 2020;
- Diminuição da quota-parte dos subsídios registados na rubrica “Outras variações nos capitais próprios” decorrentes da imputação a resultados na rubrica “Outros Rendimentos”;
- Registo do valor do imposto associado aos subsídios registados na rubrica “Outras variações nos capitais próprios” por diminuição desta, a movimentar, em cada ano, pelo valor do imposto correspondente ao montante a imputar a resultados;

A aplicação de resultados do exercício de 2020 foi deliberada em Assembleia-geral de Sócios ocorrida em 18 de fevereiro de 2021.

16.3 - Outros Instrumentos de Capital Próprio

No período em análise esta rubrica apresentava o seguinte detalhe:

Tabela 17 - Outros Instrumentos de Capital Próprio

Prestações Suplementares	% de Participação	31-Dez-2021	31-Dez-2020
MUNICÍPIOS em regime de contitularidade: <i>Boticas; Chaves; Montalegre; Ribeira de Pena; Valpaços e Vila Pouca de Aguiar</i>	40	250.000	250.000
LUSITERG	40	250.000	250.000
HIDROERG	20	125.000	125.000
	100	625.000	625.000

Esta rubrica inclui prestações suplementares efetuadas pelos sócios, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, sem prazo definido para o seu reembolso.

De acordo com a legislação vigente, as Prestações Suplementares, não vencem juros (art.º 210 do CSC), e só podem ser restituídas aos sócios desde que, após a sua restituição, o capital próprio, não fique inferior à soma do capital e da reserva legal (art.º 32 do CSC).

16.4 - Outras Variações nos Capitais Próprios - Subsídios ao Investimento

São reconhecidos nesta rubrica os subsídios não reembolsáveis, que estejam relacionados com ativos tangíveis e intangíveis.

Tabela 18 - Subsídios Relacionados com Ativos

Subsídios Relacionados com Ativos	31-Dez-2021	31-Dez-2020	Variação	
			Valor	%
Balço				
Subsídios Reconhecidos no Capital	15.000,00	30.000,00	-15.000	-50,0%
Imposto Associado a Subsídios	-3.150,00	-6.300,00	3.150	-50,0%
Posição no Final do Período	11.850	23.700	-11.850	-50,00%

No seguimento da proposta de candidatura a fundos no âmbito da medida de Apoio ao Aproveitamento do Potencial Energético e Racionalização de Consumos (MAPE), foram atribuídos à ATBERG, Lda. subsídios ao investimento não reembolsáveis no valor de 300.000 €, para financiamento do “Parque Eólico da Bulgueira

47

Subsequentemente, ao reconhecimento inicial, esta conta é reduzida pela imputação, numa base sistemática, a rendimentos durante os períodos necessários para balancear os subsídios com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem, *nota 8*.

Estes subsídios não estão disponíveis para distribuição até que sejam imputados a rendimentos durante os períodos necessários para:

- (i) balancear os subsídios com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem, isto é, amortizações e depreciações e/ou
- (ii) compensar qualquer perda por imparidade que seja reconhecida relativamente a tais ativos.



17 — Financiamentos Obtidos

No período em análise, os empréstimos obtidos apresentavam o seguinte detalhe:

Decomposição dos saldos evidenciados no balanço em 31 de dezembro de 2021

Compromisso de Empréstimos Obtidos Mensurados ao Custo

Tabela 19 - Financiamentos Obtidos

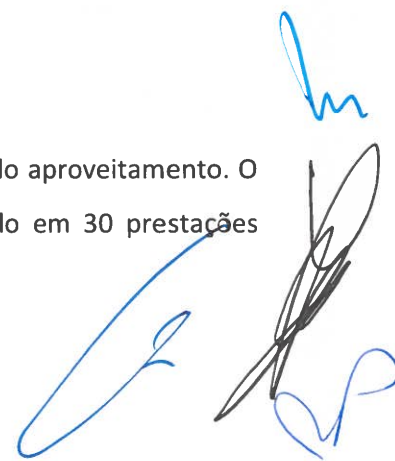
Financiamentos	Início	Fim	31-Dez-2021		31-Dez-2020	
			Passivo Não Corrente	Passivo Corrente	Passivo Não Corrente	Passivo Corrente
Parque Eólico da Bulgueira			1	0	1	0
CCAM	2020	2031	1	0	1	0
Hidroelétrica de Vales			58.438	38.608	97.164	419.636
CGD MLP 2	2009	2021				381.482
CGD MLP 3	2009	2024	58.438	38.608	97.164	38.153
Eólica da Chã do Guilhado			249.028	166.018	415.049	166.015
CGD BEI	2011	2024	166.071	110.714	276.789	110.711
CGD MLP 4	2010	2024	82.956	55.304	138.260	55.304
Total Financiamentos Obtidos			307.467	204.626	512.214	585.651

48

Os empréstimos obtidos representam o recurso ao crédito, a médio e longo prazo, para financiamento da construção do Aproveitamento Hidrelétrico de Vales e do Parque Eólico da Chã do Guilhado assim distribuído:

Aproveitamento Hidrelétrico de Vales

CGD MLP3 – 525.000 € - Destinado ao reforço do apoio à construção do aproveitamento. O prazo de empréstimo é de 15 anos. O empréstimo será reembolsado em 30 prestações semestrais, de capital e juros, sucessivas e iguais.



Parque Eólico da Chã do Guilhado

CGD MLP4 – 950.000€ - Destinado a apoiar a implementação do parque eólico. O prazo de empréstimo é de 15 anos, com 18 meses de carência de capital. Do valor contratualizado junto da Caixa Geral de Depósitos, apenas foi utilizado o montante global de 746.604,94 €, A primeira amortização, teve início em janeiro de 2011.

CGD BEI – 1.550.000€ - Destinado a apoiar a implementação do Parque Eólico. O prazo de empréstimo é de 15 anos, a reembolsar em 28 prestações semestrais. A amortização de capital teve início em julho de 2010.

Para garantia das obrigações assumidas perante a entidade bancária (CGD/CBI), decorrentes destes financiamentos a Atberg obriga-se a constituir a seu favor:

- penhor dos equipamentos;
- hipoteca das parcelas de terreno situados no concelho de Vila Pouca de Aguiar adstritas ao A. H. de Vales
- manutenção da conta reserva, provisionada, a cada momento, com o montante necessário ao pagamento das prestações subsequentes de amortização de dívida mais os juros respetivos.

49

Parque Eólico da Bulgueira “Reequipamento”

CCAM – Até ao montante de 1.700.000 Destinado a apoiar o “Reequipamento” do parque eólico. O prazo de empréstimo é de 12 anos, com 24 meses de carência de capital.

O empréstimo será reembolsado em **prestações semestrais**, constantes de capital e juros e sucessivas, a primeira das quais se vence seis meses a contar do termo do período de **carência de reembolso de capital de vinte e quatro** contado da data de celebração do presente contrato, um de março de 2021.

18 — Outros Passivos N/Correntes

O detalhe da rubrica de "Outros Passivos– Não Correntes" apresenta o seguinte detalhe:

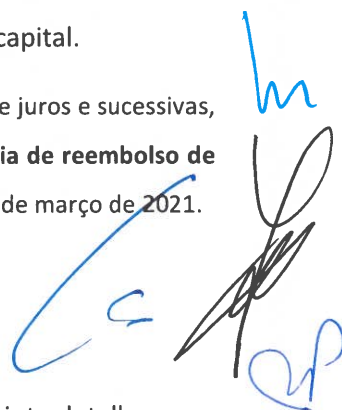


Tabela 20 - Outros Passivos N/Correntes

Outros Passivos N/Correntes	31-Dez-2021	31-Dez-2020	Variação	
Provisões-Gastos de Desmantelamento	71.550	71.550	0	0,0%
Outros Passivos N/Correntes	27.486	74.074	-46.588	-62,9%
Instrumentos Financeiros - Swap	27.486	70.924	-43.438	-61,2%
Imp. Associados a Subsídios		3.150	-3.150	-100,0%

Provisões - Gastos de Desmantelamento

A rubrica “Provisões-Gastos de Desmantelamento” refere-se ao reconhecimento, do valor estimado, dos gastos de desmantelamento relativos aos Parques Eólicos da Bulgueira e Chã do Guilhado, conforme descrito na nota 12 acima.

Instrumentos Financeiros - Swap de Taxas de Juros

No âmbito da gestão operacional da sua atividade, e para fazer face à cobertura económica dos juros a pagar até ao termo dos respetivos contratos de empréstimo a empresa utiliza swaps (contratos de permuta de taxa de juro). Os swaps de taxa de juro contratados têm o efeito económico de converter os respetivos empréstimos associados a taxas variáveis para taxas fixas.

Ao abrigo destes contratos, a empresa acordou com a entidade financiadora a troca, em períodos pré-determinados, da diferença entre o montante de juros calculados à taxa fixa contratada e à taxa variável da altura de refixação, com referência aos respetivos montantes nominais acordados.

A Atberg pretendeu assim cobrir o risco da taxa de juro decorrente da imprevisibilidade da evolução futura dos mercados financeiros.

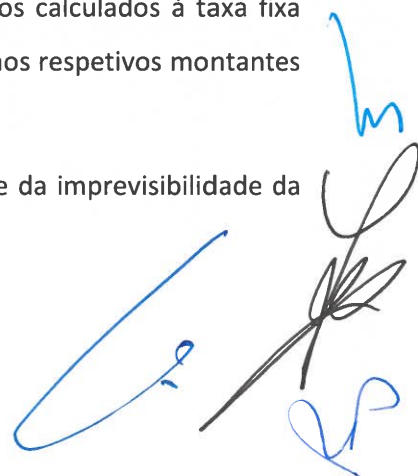


Tabela 21 - Justo Valor dos Instrumentos Financeiros

Designação	Valor Nocial em 31-12-2021	Vencimento	Indexante Trocado	Taxa Contratada	Justo Valor Do Instrumento Financeiro	
					31-Dez-2021	31-Dez-2020
Vales	87.500	09/02/2024	3,58%	Euribor 6 Meses + spread de 1,25%	3.900	8.200
		07/12/2021	3,92%	Euribor 6 Meses + spread de 1%	0	12.196
Guilhado	462.963	09/01/2024	4,50%	Euribor 6 Meses + spread de 1%	23.586	50.528
Total	550.463				27.486	70.924

O valor nocial dos contratos de swap a 31 de dezembro de 2021 ascende a 550.463 € e o correspondente justo valor (fair value - valor a pagar no caso de resolução do contrato de swap), é de 27.486 €, a favor da entidade bancária.

A atualização no justo valor dos swap's de taxa de juro, resultou numa diminuição do passivo no montante de 43.438 €. A contrapartida desta variação foi registada em "Ganhos por Aumentos de justo valor". (Nota 7)

19 — Fornecedores e Outros Passivos Correntes

51

O detalhe desta rubrica no período em análise é o seguinte:

Tabela 22 - Fornecedores e Outros Passivos Correntes

Outros Passivos Correntes	31-Dez-2021	31-Dez-2020	Variação	
			Valor	%
Fornecedores	30.210	38.588	-8.378	-21,7%
Outros Passivos Correntes	26.495	31.590	-5.094	-16,1%
Fornecedores de Investimentos		3.866	-3.866	-1
Juros a Liquidar	15.852	21.130	-5.277	-25,0%
Outros	10.643	6.594	4.048	61,4%

A rubrica "outros" refere-se a:

- taxas de produção no montante de 3.380 euros;

- aquisição de parcelas de terrenos, titulados por contratos promessa, na parte ainda não paga (738 euros);
- impostos associados a subsídios no montante de 3.150 euros;
- outros 42 euros;

20 - Estado e Outros Entes Públicos

No período em análise esta rubrica apresentava o seguinte detalhe:

Tabela 23 - Estado e Outros Entes Públicos

Estado e Outros Entes Públicos	31-Dez-2021	31-Dez-2020	Variação Valor	%
IRC a Recuperar	32.037	0	32.037	-
EOEP Ativos	-32.037	0	-32.037	-
IRC a Pagar	0	21.840	-21.840	-100,0%
IVA - a pagar	58.904	42.878	16.026	37,4%
EOEP Passivos	58.904	64.718	-5.814	-9,0%

52

21 — Acontecimentos após a data do balanço

a) Aprovação das demonstrações financeiras.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas, pelo Órgão de Gestão 31 de janeiro 2022, e serão sujeitas a aprovação em Assembleia Geral de Sócios, tendo essa reunião magna o poder de alterar as demonstrações financeiras, se assim vier a ser decidido.

b) Informações sobre condições que existiam à data do balanço.

Não foram obtidas novas informações, sobre condições que existissem à data do balanço, que justifiquem qualquer atualização das divulgações constantes nas demonstrações financeiras.

c) Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos.

Não existem eventos, após a data do balanço, que requeressem ajustamentos a introduzir nas demonstrações financeiras.

Chaves, 31 de janeiro de 2022

A Contabilista Certificada



Maria Leonor Ferreira Marques

(CC 40235)

A Gerência



Pedro Filipe Barbosa Eira Lúcio (Presidente)

João Avelino Barbosa Rodrigues de Carvalho



Maria Manuela Portela Correia dos Santos Ramos da Silva